

**TERMO DE REFERÊNCIA****1 OBJETO**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de copa, cozinha e limpeza para a Câmara Municipal de Delfim Moreira-MG.

2 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Item	Objeto	Unidade	Quantidade	Preço Unitário Estimado	Preço Total Estimado
01	Papel higiênico folha dupla de alta qualidade, picotado, neutro – Rolo de 30m x 10cm	Pacote com 4 unidades	20	8,67	173,40
02	Toalha de papel Inter Folhas com 1000 folhas	Pct com 1000 folhas	20	16,43	328,60
03	Detergente líquido concentrado (500 ml)	Unidade	10	2,83	28,30
04	Copo descartável para água 200ml	Embalagem com 100 unidades	30	5,63	168,90
05	Guardanapo de mesa 30cm x 30cm na cor branca, folha simples de alta qualidade e excelente capacidade de absorção	Pacote 50 unidades	20	4,65	93,00
06	Limpador multiuso – limpa superfícies de cozinha, banheiro, fogões e geladeiras	Unidade	12	3,63	43,56
07	Pedra Sanitária 25g com suporte	Unidade	100	2,31	231,00
08	Prato de plástico, Raso descartável para sobremesa, 15 cm c/ 10und	Pacote com 10 unidades	20	2,97	59,40
09	Água Sanitária 1 litro	Unidade	10	4,36	43,60
10	Saco de lixo 100 litros	Pacote 100 unidades	1	108,66	108,66
11	Saco de lixo 50 litros	Pacote 100 unidades	1	46,94	46,94
12	Sabão em pó 1kG	Unidade	4	14,75	29,50
13	Sabão em barra PCT 5 unidades	Unidade	1	14,01	14,01
14	REFIL SABONETE LÍQUIDO PARA DISPENSER 800 ml	Unidade	3	14,09	42,27
15	Coador permanente para café, com feltro sintético de polipropileno (tnt), tamanho médio 103; confeccionado em tela de alta resistência na	cor branca	5	7,45	37,251
16	Desinfetante 2 litros – validade superior a 12 meses	Unidade	10	9,19	91,90
17	Lustra-móveis - para todos os tipos de superfície como metais, vidros, espelhos,	Embalagem com 200ml	6	6,53	39,18



	madeira tratada, geladeiras, esmaltados, azulejos, plásticos, eletrodomésticos, superfícies de mármore e fórmica				
18	Luva de borracha TAM P	Unidade	10	6,37	63,70
19	Pano microfibra colorido 30x30 (pacote com 3 unidades)	Unidade	4	10,56	42,24
20	Pano multiuso para limpeza- com alta absorção e enxague rápido e fácil (pacote com 05 unidades)	Unidade	5	8,49	84,90
21	Pano de chão- tipo saco de 1º qualidade, 100% algodão, alvejado.	Unidade	5	12,73	63,65

3 JUSTIFICATIVA

3.1 A realização para contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de copa e cozinha, higiene e limpeza para a Câmara Municipal de Delfim Moreira-MG, faz necessária em razão da necessidade da Câmara Municipal diante da demanda de serviços.

3.2 A disponibilidade adequada de material de copa e cozinha, higiene e limpeza contribui para a eficiência operacional da câmara, reduzindo a probabilidade de atrasos devido à falta de suprimentos básicos.

3.3 Portanto, o uso de material de copa e cozinha, higiene e limpeza na Câmara Municipal, é justificado pela sua importância para o bom funcionamento das atividades legislativas e administrativas, garantindo transparência, comunicação eficaz e organização adequada dos processos.

4 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste instrumento será efetuado após a entrega do objeto licitado e aceite da respectiva Nota Fiscal.

4.2 Neste preço contratado estão incluídos todos os custos com mão-de-obra, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais de quaisquer outras despesas acessórias e/ou necessárias à execução do objeto deste instrumento.

4.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela contratada, posteriormente à emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente contendo o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, de proposta de preço e no instrumento de contrato, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ ainda que de filial ou matriz.



4.4 O objeto da presente licitação não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação sem autorização deste por escrito, sob pena de sanção, inclusive rescisão.

4.5 Tal situação só será permitida na ocorrência de caso fortuito ou força maior que tornem impossível a prestação de pactuado pela contratada.

4.6 A empresa deverá indicar a agência e número da conta para pagamento em conta bancária e/ou emissão de boleto bancário.

5 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.1.0.01.122.002.2.0002 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

6 DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1 Será habilitada a empresa que apresentar, além da proposta, os seguintes documentos no prazo indicado pela Administração conforme solicitação desta:

6.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

6.1.2 Contrato Social ou comprovante de micro empreendedor individual

6.1.3 Certidão negativa de débito municipal emitida pela sede da empresa licitante

6.1.4 Cópia dos documentos RG e CPF do responsável pela empresa licitante

6.1.5 Certidão Negativa de Débito Estadual emitida pelo Estado sede da empresa licitante

6.1.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – disponível em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho – Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho)

6.1.7 Certidão Negativa de Débito Federal, com emissão de no mínimo 30 dias

6.1.8 Certificado de Regularidade do FGTS CRF

6.1.9 Certidão Cível de Falência e Concordata

6.1.10 Declaração que não emprega menor de idade

7 DOS PRAZOS

7.1 Após o fornecimento do objeto licitado a contratada emitirá a nota fiscal conforme Ordem de Fornecimento emitida pela Câmara Municipal. Após a conferência e o aceite da nota fiscal, a mesma prosseguirá para a formalização do pagamento.

8 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1 A CONTRATADA entregará o objeto da Licitação em perfeita condição de uso e consumo, na



sede da CONTRATANTE, situada à Rua Manoel José Lebrão, n.º 56, Centro, Delfim Moreira, MG.

8.2 As entregas serão realizadas de acordo com a necessidade da CONTRATADA. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de compra, em remessa única.

8.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

9.1 O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, bem como em desacordo com os padrões de qualidades condições técnicas.

9.2 A entrega do produto deste objeto será verificado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, conforme Art. 140, caput II “a” da Lei 14.133/21, para efeito posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 Obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a CONTRATANTE;

10.1.2 Pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

10.1.3 A não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do CONTRATO, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuênciam prévia e expressa da CONTRATANTE, sob pena de rescisão unilateral do CONTRATO;

10.1.4 A manter, durante toda a execução do CONTRATO a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.5 Executar o serviço em conformidade com o CONTRATO.

10.2 Obrigações da CONTRATANTE:

10.2.1 Emitir, por meio da Câmara Municipal de Delfim Moreira, a Ordem de Fornecimento;

10.2.2 Atestar, por meio do Setor de Compras, a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

10.2.3 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;



- 10.2.4** Fiscalizar a execução do Contrato, através do setor de Recursos Humanos, que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 10.2.5** Rejeitar toda e qualquer prestação de serviços de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.

11 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O contratado será responsabilizado administrativamente caso cometer qualquer das infrações discriminadas, no art. 155 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, sendo passível às seguintes sanções:

- 11.1.1** Advertência, nas condições do §2º do art. 156 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.
- 11.1.2** Multa moratória de 0,05% (cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 11.1.3** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação direta, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.1.4** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 11.1.5** Impedimento de licitar e contratar, nas condições do §4º do art. 156 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.
- 11.1.6** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas condições do 55º do art. 156 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 11.1.7** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em consonância com os regramentos estabelecidos nos art. 156 até o art. 163, no que couber, Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.1.8** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Delfim Moreira, 30 de Janeiro de 2026

Thiago Siqueira Marques
Presidente